

# Tudo caminha para cobrir-se o déficit com mais impostos

JORNAL DE BRASÍLIA  
Honorário

no estilo da Velha, sem levar suas medidas ao debate público.

24 SET 1995

Sir Timothy Bevan, presidente do Barclays Bank, que está em visita ao Brasil, ontem foi taxativo ao afirmar que os banqueiros estão aguardando o Brasil fechar um novo acordo com o FMI para que reestudem a negociação da dívida brasileira. Sem o aval do FMI não há acordo com os bancos privados. Coincidentemente, o Ministério da Fazenda está elaborando um "pacote" fiscal para aumentar impostos e, consequentemente, reduzir o déficit público, como exige o FMI.

É fácil observar, existe uma equação sendo elaborada que, no final, não há opção para o assalariado brasileiro, isto é, as vantagens que vem conquistando nos reajustes salariais serão devidamente retomadas via aumento de impostos. Na verdade, acredita-se que também os empresários entrarão como parceiros dos assalariados nesta canção, porque os impostos adicionais irão cortar parcela dos reajustes de preços que eles conseguiram junto ao Conselho Interministerial de Preços - CIP.

O assalariado está calado, porque ainda não está entendendo ou sabendo que o "pacote" fiscal tem endereço certo. Os empresários, que são bem informados, já começaram a protestar contra aumento dos impostos, com a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias de São Paulo lançando, na última sexta-feira, um manifesto contra a pretensão governamental.

Embora o "pacote fiscal" esteja em plena fase de sua elaboração, não existe no Brasil um debate para se concluir se o assalariado paga muito ou pouco imposto, se as gorduras da economia que geram a inflação estão justamente neste segmento, sendo lamentável que a Nova República esteja trabalhando

Nos primeiros cinco meses da Nova República, ocorreu uma redução da carga tributária para a população, como efeito do congelamento dos preços dos serviços públicos e dos combustíveis. Sentindo isto, agora esses reajustes retornam, com a população recebendo novamente uma carga tributária mensal, como se anunciou em relação à eletricidade, aos combustíveis, etc. Como esses produtos são altamente taxados, no momento em que se deixa a inflação ultrapassar o reajuste dos seus preços, automaticamente verifica-se a redução da carga tributária para todos.

Agora o Governo está pretendendo mudar a regra do jogo, permitindo que a inflação mantenha-se onde está, ou até suba um pouco dos 230%, concomitantemente amplia a carga fiscal, o que significa que terá resultados de dois lados: primeiro, corroi os salários com uma inflação alta, e, de lambuja, aumenta a sua arrecadação com um novo "pacote" fiscal, alcançando os dois objetivos tão almejados pelo FMI: o achatamento salarial e a redução do déficit público.

Neste contexto, o Governo precisa ser sincero e anunciar logo o esboço do seu "pacote" fiscal para saber se é isto que a sociedade brasileira deseja, permitindo o debate para se verificar se esta equação é recessiva ou não. Nunca ocorreu na história do Brasil tanta boa vontade tanto da população como da classe empresarial para aderir a um projeto que vise a baixa dos índices inflacionários. Contudo, com a falta de clareza e de informações sobre o que se pretende fazer, o Governo já conseguiu colocar os empresários contrários a sua pretensão de reduzir o déficit público, via aumento de impostos. Agora, resta aguardar a reação dos assalariados — que ainda não sabem o que vem por aí — mas, tudo indica — que o Governo pode cair na impopularidade antes do tempo.